



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016

ATA N.º 05/2016

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária Maria Odete Pinho Cabral, e do Segundo Secretário, Tiago Miguel Luz Almeida, em substituição da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Paulo Nuno de Faria Reis, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Jorge Alberto Rego França, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Octávio Manuel Borges Cabral, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro, Gilberto de Sousa Borges, Adriano Manuel Mota Costa, Adriana Martins Falcão Rebelo e José Fernando Medeiros Costa.

Não compareceram à sessão os membros: Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, Paula Catarina Castelo Borges Andrade e Victória da Silva Couto.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz, Elisabete do Carmo Pacheco Tavares, José Duarte Barbosa Cabecinha e Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, da última sessão de 2016, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos.

Expôs que gostaria de congratular os deputados municipais, Paula Catarina Castelo Borges Andrade e Frederico Furtado de Sousa, pelo cargo que foram empossados de Diretores

Regionais, o que muito prestigia este Órgão. Felicitou-os e desejou-lhes as maiores felicidades e sucessos no exercício das suas funções.

Para além disso, congratulou o facto do novo Governo possuir no seu elenco 4 Lagoenses, para além dos já mencionados, o ex-Presidente desta Câmara Municipal, Eng.º João António Ferreira Ponte, como Secretário Regional da Agricultura e Florestas e o Dr. Rui Jorge da Silva Leite de Bettencourt, como Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas, o que muito honra a Lagoa e os Lagoenses.

Gostaria ainda aqui de salientar que no passado sábado, comemorou-se o Dia do Poder Local Democrático – 26 de novembro, que tem como objetivo demonstrar a importância das autarquias no desenvolvimento da Região e do País. Data esta que o Município da Lagoa decidiu e muito bem, assinalar com a cerimónia da entrega da Medalha de Ouro, ao ex-Presidente de Câmara Municipal, Eng.º João António Ferreira Ponte, pelos relevantes serviços prestados durante uma década. Reconhecer o trabalho, a dedicação a uma causa, é o mais elementar gesto de gratidão pelo exercício de funções de interesse público. Foi uma cerimónia simples, mas marcada de simbolismo.

Destacou, ainda, a relevância que a Autarquia tem dado à Educação no Município, através de várias iniciativas e projetos de incentivo à promoção da educação no Concelho da Lagoa. A semana passada o Município entregou prémios aos melhores alunos da Escola Secundária de Lagoa, numa cerimónia que marcou o aniversário daquela Escola. Esta política de proximidade com os vários estabelecimentos de ensino do Concelho é extremamente importante para garantir o sucesso escolar. Muitos parabéns.

No dia de hoje, a Câmara Municipal inaugurou uma exposição de presépios denominada “Mestre Luís Gouveia e os seus discípulos – bonecreiros da Lagoa”. Sabendo da importância do trabalho do Mestre Luís Gouveia em relação à Fábrica da Cerâmica junto ao Porto, no que diz respeito à arte de bonecreiro e pintura em cerâmica, era extremamente importante que o Município tomasse algumas medidas em relação àquele imóvel, embora não seja propriedade do Município, intercedesse junto do seu proprietário, para a sua recuperação e dinamização, porque a arte de bonecreiro afirma a forte tradição do Concelho, por isso, referiu que gostaria de deixar aqui este apelo ao executivo da Câmara Municipal de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quarta sessão ordinária, do dia 28 de setembro de 2016.

A ata foi aprovada, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 29 de setembro a 28 de novembro de 2016, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e Adriana Martins Falcão Rebelo foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de setembro de 2016.

Pelos membros Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, Paula Catarina Castelo Borges Andrade e Victória da Silva Couto foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de novembro de 2016.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Sobre a informação do Resumo da Execução da Receita e Despesa, o Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e questionou qual a previsão da taxa de execução das receitas e despesas, para o final do ano.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, saudou todos os presentes e referiu que já tinha informado em outra sessão da Assembleia Municipal que existem obras que constam do Plano Plurianual de Investimentos que não foram possíveis executar. A Câmara Municipal esteve ao longo do ano a aguardar a abertura das candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio.

Nesta altura, estão a decorrer as consultas para se poder dar início às candidaturas de projetos cujos eixos estão abertos. Nem todos os eixos do novo Quadro Comunitário de Apoio estão abertos, pelo que há projetos que independentemente da vontade da Câmara Municipal não serão possíveis submeter até ao final do ano.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2017.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 10.660.000,00 € (dez milhões seiscentos e sessenta mil euros), sendo 9.383.275,00 € (nove milhões trezentos e oitenta e três mil duzentos e setenta e cinco euros) de receitas correntes e 1.276.725,00 € (um milhão duzentos setenta e seis mil setecentos e vinte e cinco euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 7.089.310,00 € (sete milhões oitenta e nove mil trezentos e dez euros) de despesas correntes e 3.570.690,00 € (três milhões quinhentos e setenta mil seiscentos e noventa euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 3.807.190,00 € (três milhões oitocentos e sete mil cento e noventa euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 327.100,00 € (trezentos e vinte e sete mil e cem euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 4.134.290,00 € (quatro milhões cento e trinta e quatro mil duzentos e noventa euros).

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o orçamento para 2017, como todos puderam verificar na informação que tiveram acesso, é um orçamento uma vez mais bastante restrito e ligeiramente superior ao orçamento de 2016. Foi elaborado de acordo com as regras previsionais, estabelecidas no POCAL, que as autarquias locais devem obedecer. É um orçamento realista, de forma rigorosa na sua execução e não dá margem para sonhar alto. Neste orçamento tentou-se incluir dois aspetos fundamentais, por um lado assegurar que os projetos em curso, de âmbito social, continuassem sem qualquer estrangulamento, ao mesmo nível de 2016, e por outro lado conseguir enquadrar dentro deste orçamento a possibilidade de candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio.

Mais informou que recentemente deslocou-se a Angra do Heroísmo para ter uma reunião com o Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais – Dr. Rui Amann que lhe elucidou sobre as candidaturas, nomeadamente, a necessidade de rever alguns projetos até mesmo a sua designação, de forma a poder haver enquadramento em Fundos Comunitários. Informou ainda que neste novo Quadro Comunitário de Apoio as candidaturas são inseridas diretamente numa plataforma da União Europeia e há obras que só podem ser feitas se tiverem enquadramento no mapeamento do Governo Regional.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que atendendo que a área financeira foi delegada na Senhora Vereadora Elisabete Tavares, passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares para apresentar um resumo do Orçamento para 2017.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, em PowerPoint, um resumo do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017, destacando as grandes áreas de atuação.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos em relação ao documento apresentado, aos quais a Senhora Vereadora Elisabete Tavares prestou os devidos esclarecimentos.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, expôs que a Câmara Municipal irá atribuir um apoio total superior às Instituições Culturais, Sociais e Desportivas do que o apoio total que transfere para as Juntas de Freguesia do Concelho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor, e três abstenções dos Deputados Municipais: Rui Meneses, Paulo Reis e Ana Teresa Medeiros, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar o Orçamento para 2017 no montante de 10.660.000,00 € (dez milhões seiscentos e sessenta mil euros), bem como as Grandes Opções do Plano para 2017, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2017:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2017, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2017, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 4 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DE 350.000,00 €:

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de autorização para contrair, em 2017, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, no montante de 350.000,00 € conforme a consulta feita à banca, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2017.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados. No ano de 2016 foi autorizado a contratação de um empréstimo mas não foi utilizado. Para o ano de 2017, foi presente o processo para autorização da contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, no valor de 350.000,00 € e, provavelmente, será necessário recorrer a este financiamento, devido às candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Autorizar a contratação deste financiamento junto do Millennium BCP, que apresentou a proposta mais vantajosa para o município, conforme a análise efetuada, no montante de 350.000,00€ com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 1% e isenta de quaisquer comissões, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 5 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando, outrossim, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação);

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Assim, proponho o seguinte:

1.º Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2.º Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

3.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

4.º Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública;

5.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que, com a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente informação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de autorização prévia genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos, conforme informação acima descrita;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2017.

Esta despesa de representação, concretamente no valor de 194,79 €, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria n.º 1153-C/2008, de 31 de dezembro.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 7 – PROPOSTA – COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO CARTÃO DO IDOSO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de comparticipação na aquisição de medicamentos no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso;

Considerando que em 2017 prevê-se que seja mais um ano de grandes constrangimentos socioeconómicos para muitas famílias, com maior impacto junto dos mais carenciados e mais idosos;

Neste sentido, proponho que, ao nível do apoio para a aquisição de medicamentos, a Câmara Municipal aprove que se mantenha os atuais 15,00 € (quinze euros) de comparticipação mensal, no decurso de 2017.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 8 – ALTERAÇÃO DO N.º 10 DO ARTIGO 6.º REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de prorrogação do regime de exceção, previsto no n.º 10 do Artigo 6.º Ocupações diversas, do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, durante o ano de 2017:

“ARTIGO 6.º

Ocupações diversas

...

10. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2017, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras, previstas no ponto 2 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a alteração do n.º 10 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 9 – ALTERAÇÃO DO N.º 11 DO ARTIGO 6.º REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de prorrogação do regime de exceção, previsto no n.º 11 do Artigo 6.º Ocupações diversas, do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, durante o ano de 2017:

“ARTIGO 6.º

Ocupações diversas

...

11. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2017, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas, previsto no ponto 8 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a alteração do n.º 11 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 10 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“- Considerando que as taxas das Autarquias Locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das Autarquias Locais e/ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;

- Considerando também que o valor das taxas das Autarquias Locais é fixado de acordo com os princípios da justa repartição dos encargos públicos, da proporcionalidade e da equivalência jurídica, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular;

- Considerando que deve existir uma relação de correspondência tendencial entre o custo dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas e as receitas cobradas pela sua prestação;
- Considerando que o Regulamento e Tabela de Taxas em Licenças atualmente em vigor contempla o valor devido pela autorização de circulação de pesados por dia ou fração, e que não é feita a distinção de valor em função da tonelagem do veículo a circular;

Proponho que seja feita a seguinte alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa:

Artigo 8.º

Os serviços referidos no artigo 7.º poderão ser requeridos como “Muito Urgente”, devendo ser satisfeitos no próprio dia ou nos dois dias seguintes, ou como “Urgente”, devendo neste caso ser satisfeitos entre o terceiro e o quarto dia, todos a contar da data da respetiva entrega.

As petições classificadas de “Muito Urgente” serão taxadas em triplo e as classificadas de “Urgente” serão taxadas pelo dobro da taxa devida pelo serviço.

Bem como proponho que seja feita a seguinte alteração à Tabela Taxas e Licenças do Município de Lagoa:

Artigo 7.º

Prestação de serviços e concessão de documentos

11. Concessão de licença para circulação de veículos pesados em vias condicionadas ou interditas, por veículo pesado e por dia ou fração, de acordo com os seguintes escalões:

a) Peso bruto da viatura entre as 6,5 ton e as 12 ton	5,17 €
b) Peso bruto da viatura entre as 12 ton e as 20 ton	7,70 €
c) Peso bruto da viatura entre as 20 ton e as 30 ton	10,34 €
d) Peso bruto da viatura superior a 30 ton	12,90 €

Poderá ser concedida licença para circulação de veículos pesados em vias condicionadas ou interditas, de caráter semestral ou anual, de acordo com os seguintes valores:

e) Licença de seis meses para viaturas de peso bruto entre as 6,5 ton e as 10 ton	193,52 €
f) Licença de um ano para viaturas de peso bruto entre as 6,5 ton e as 10 ton	351,85 €
g) Licença de seis meses para viaturas de acima das 10 ton	276,40 €
h) Licença de um ano para viaturas de acima das 10 ton	502,56 €

A licença anual ou semestral pressupõe que a circulação tem um horário definido e está sujeita às posturas municipais.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 11 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme distribuído por todos os membros, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à ordem de trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

- 2.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2016;
- Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal no Conselho de Ilha de S. Miguel;
- Orçamento e Grandes Opções do Plano AMISM 2017.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos vinte e um membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2016:

Pela Câmara Municipal foi presente a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

De acordo com o ponto 3.1.1., alínea f), Princípio da especificação e o ponto 8.3.2. do POCAL – Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos, proponho o seguinte:

Anulações:

Despesas de Capital:

100503 – Sociedades Financeiras – Bancos e Outras Instituições Financeiras – 29.500€.

Reforço:

Despesas de Capital:

Alteração da designação da Obra n.º 15/2016 para Infraestruturas do Parque Industrial – 29.500€.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante total de € 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos euros), de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO DE ILHA DE S. MIGUEL:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ofício n.º 23371/2016, de 10 de novembro de 2016, da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, no qual informam que tendo em conta a reativação/reinstalação do Conselho de Ilha de São Miguel, que se prevê possa ocorrer neste final de ano, recordam a conveniência de serem eleitos os respetivos membros para 2017, nesta última sessão da Assembleia Municipal de 2016.

De acordo com a alínea b) do número 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/A, de 14 de abril, que estabelece o regime jurídico do conselho de ilha, refere que o conselho de ilha é composto por quatro membros eleitos por cada Assembleia Municipal.

Assim, foi presente novamente o processo para designação de quatro membros da Assembleia Municipal, para integrar o Conselho de Ilha de São Miguel.

O Deputado Municipal Rui Meneses, no uso da palavra, informou a pedido do Deputado Municipal Hermanno José Tavares de Medeiros Rego que o mesmo não tem disponibilidade para integrar o Conselho de Ilha de São Miguel. Referiu ainda, o Deputado Municipal Rui Meneses que tem disponibilidade para integrar o Conselho de Ilha de São Miguel mas abdica da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que na próxima sessão da Assembleia Municipal será designado um novo membro em substituição do Deputado Municipal Rui Meneses na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e solicitou que os membros que irão integrar o Conselho de Ilha de São Miguel dessem conhecimento aos restantes membros desta Assembleia Municipal, os pontos incluídos nas reuniões do Conselho de Ilha.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Designar os seguintes membros, para integrar o Conselho de Ilha:

- Olga Maria Rodrigues Borges Soares
- Eduíno Manuel da Ponte Rego
- Tiago Miguel Luz Almeida
- Rui Fernando Dinis Borges de Meneses;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO AMISM 2017:

Pela AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel foi presente o ofício n.º 62/2016 P.41/2016, de 22 de novembro de 2016, remetendo nos termos do n.º 3 do Artigo 22.º dos

Estatutos da AMISM, cópia do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, daquela Associação, para o ano de 2017.

Refere o n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM que o plano e o orçamento são remetidos pelo Conselho de Administração às Assembleias dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a aprovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que, gostaria de mais uma vez agradecer a presença de todos e desejar a todos um santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, repleto de muita saúde e paz.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

O SEGUNDO SECRETÁRIO
